



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Esperar a atenção contínua da sociedade aos trabalhos de protecção dos menores

Há dias, o Secretário para a Segurança divulgou as estatísticas da criminalidade e dos trabalhos de execução da lei em Macau. Segundo estas, no ano passado, houve 36 casos de abuso sexual de crianças, o que representa uma subida em relação a 2022 e a 2019. Houve mais menores, vítimas de importunação sexual, que pediram ajuda por iniciativa própria aos pais ou ao pessoal docente, e também existiram situações em que as vítimas denunciaram os casos, influenciadas pelas recentes acções de sensibilização e divulgação contra o crime. Isto reflecte que, com a promoção de todas as partes, a consciência dos menores para a denúncia aumentou. Contudo, é de notar que o reforço desta consciência é apenas uma das vertentes de protecção dos menores após a ocorrência das tragédias, sendo a sua prevenção e efeitos dissuasores a melhor forma de garantir a respectiva segurança.

Com os esforços conjuntos do Governo e da sociedade, foram revistas, em 2017, as normas jurídicas relativas aos crimes sexuais do Código Penal, aumentando as penas dos crimes sexuais de menores, para que estes tenham uma maior garantia de segurança. No entanto, a lei já entrou em vigor há 7 anos e, segundo os dados dos últimos anos, o número de casos de abuso sexual de crianças não diminuiu, antes pelo contrário, tem aumentado. Isto demonstra que os efeitos dissuasores das actuais penas são limitados para as pessoas com a intenção de praticar o abuso sexual. Deste modo, devemos estudar e analisar, quanto antes, a eventual necessidade de se proceder a uma nova revisão.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Com vista a elevar a eficácia da lei no impedimento da intenção criminosa, o Governo deve proceder à revisão da lei em causa e a um estudo sobre o aumento dos limites máximo e mínimo da moldura penal para a prática dos crimes sexuais de menores, e sobre a impossibilidade de suspensão da execução da pena, aumentando, assim, os respectivos efeitos dissuasores. Vai fazer isso?

2. De acordo com as situações concretas dos casos de abuso sexual de crianças, o número e a respectiva proporção de casos de actos graves de violação sexual, ou de casos em que os menores foram aliciados a ter relações sexuais diminuíram, mas registou-se um aumento do número de casos de abuso sexual de crianças que são comportamentos ligeiros de importunação sexual, exibicionismo e observação oculta. Quanto a estes actos específicos de abuso sexual, de que planos dispõe o Governo para os trabalhos de legislação, execução e divulgação da lei?

3. Entre os casos de abuso sexual acima referidos, 25 por cento dos menores tiveram relações sexuais voluntariamente. Assim, como é que as autoridades vão reforçar a educação, para que os menores dominem melhor os conceitos correctos sobre o sexo e o amor?

8 de Março de 2024

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Wong Kit Cheng**